



## CHINA E A GUERRA NA UCRÂNIA

Lições aprendidas pelos chineses para uma possível ação em Taiwan.  
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



## CONCESSÃO DA MALHA FERROVIÁRIA DA FCA

Renovação significa manter modelo excludente, voltado a commodities.  
Por José Augusto Valente, **página 2**



## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atividade econômica deve enfatizar bem-estar e qualidade de vida. Ana Rita Albuquerque, **página 4**

## MEIs poderão lucrar R\$ 6 bi com compras governamentais

Em pouco menos de uma semana após o seu lançamento, a plataforma Contrata+Brasil (que conecta órgãos públicos a microempreendedores individuais para a execução de pequenos serviços) já conta com a adesão de mais de 630 municípios. A estimativa feita pelo Sebrae é de que, em sua primeira fase, a plataforma criada pelo governo federal tem o potencial de criar quase R\$ 6 bilhões por ano em receita para os microempreendedores. Esse é o valor que foi investido em 2024 em serviços de manutenção e pequenos reparos em todos os níveis da gestão pública.

Agora, o objetivo da instituição é aumentar ainda mais o número de oportunidades nas prefeituras e órgãos públicos por todo o país. Para isso, o Sebrae, que é parceiro do governo federal na iniciativa, deseja estimular as prefeituras que já estão no Programa Cidade Empreendedora a aderirem à ferramenta.

As contratações envolvem serviços fornecidos por pintores, encanadores, eletricitistas, pedreiros e gesseiros, por exemplo, mas a participação de MEIs ainda é pequena. Dos 16 de milhões de MEI em operação no Brasil, apenas 70 mil estão cadastrados na base de fornecedores do Governo Federal.

“O papel do Sebrae, nesse momento, será executado em duas frentes. A primeira, a partir do seu programa Cidade Empreendedora e das ferramentas e soluções voltadas ao gestor público, pretende trazer prefeituras e instituições para a plataforma Contrata+Brasil, vendo as vantagens para suas rotinas, para suas operações. A outra é utilizar o seu portfólio já existente para provocar, estimular e impulsionar o cadastro desses empreendedores e na qualificação deles com uma atuação customizada de acordo com demandas”, explicou o analista de Políticas Públicas do Sebrae Pedro Pessoa.

“As prefeituras trazem isso como um grande ganho de poder ter ali, no município, um fornecedor, uma empresa. Isso desenvolve o município, o dinheiro fica no território e tem também a questão da qualidade do serviço, porque você vai se adequando à demanda e faz com que essa empresa se requalifique”, aponta Pedro Pessoa. “É uma plataforma que vai ser inclusiva do ponto de vista econômico, pois quem está mal avaliado não é excluído – recebe capacitação do Sebrae para melhorar sua posição. A gente vai ter informações e dados para sermos muito assertivos na adequação e no aprimoramento do negócio naquilo que o setor público está exigindo”, continua o analista.

## De 27 UFs, 14 tiveram a menor taxa de desocupação da série em 2024

Média anual de informalidade foi 39% da população ocupada

A taxa anual de desocupação do país (6,6%) recuou 1,2 ponto percentual frente ao resultado de 2023 (7,8%). A tendência de queda em 2024 foi acompanhada por todas as regiões do país e pela maioria (22) das unidades da federação. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta sexta-feira pelo IBGE.

As maiores taxas foram registradas na Bahia (10,8%), Pernambuco (10,8%) e Distrito Federal (9,6%). Já as menores ficaram com Mato Grosso (2,6%), Santa Catarina (2,9%) e Rondônia (3,3%).

Quatorze unidades da federação atingiram a menor taxa anual de desocupação de sua série histórica na pesquisa. Foram elas: Rio Grande do Norte (8,5%), Amazonas (8,4%), Amapá (8,3%), Alagoas (7,6%), Maranhão (7,1%), Ceará (7%), Acre (6,4%), São Paulo (6,2%), Tocantins (5,5%), Minas Gerais (5%), Espírito Santo (3,9%), Mato Grosso do Sul (3,9%), Santa Catarina (2,9%) e Mato Grosso (2,6%).

“Os resultados da queda da taxa de desocupação nos estados refletem a diversificação da expansão da ocupação ocorrida em diversas atividades econômicas, como comércio, indústria, transporte e



Elza Fiuza/ABR

logística e construção ao longo de 2024”, destaca a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy.

A taxa média anual de subutilização para o Brasil ficou em 16,2%. O Piauí (32,7%) teve a maior taxa, seguido por Bahia (28,9%) e Alagoas (26,4%), enquanto as menores taxas anuais foram de Santa Catarina (5,5%), Rondônia (7%) e Mato Grosso (7,7%).

Já taxa média anual de informalidade para o país foi de 39% da população ocupada. As maiores médias anuais ficaram com Pará (58,1%), Piauí, (56,6%) e Maranhão (55,3%) e as menores, com Santa Catarina (26,4%), Distrito Federal (29,6%) e São Paulo (31,1%).

Para Pedro Ros, CEO da Referência Capital, “os dados recentes

do comércio varejista brasileiro indicam um crescimento de 4,7% em 2024, a maior alta desde 2012. No entanto, a elevação da taxa Selic para 13,25% ao ano, conforme decisão do Banco Central, pode impactar negativamente o setor varejista. A alta da Selic encarece o crédito, desestimula o consumo e pode frear o crescimento do varejo, setor fundamental para a economia e geração de empregos. Além disso, setores como o imobiliário também são afetados, com a redução da demanda por financiamentos devido aos juros mais altos. No cenário internacional, políticas monetárias restritivas em grandes economias podem influenciar o fluxo de capitais e afetar o comércio global, refletindo no desempenho do varejo e do mercado imobiliário brasileiros.”

## Brasil reforça moeda local no Brics após tarifaço

Em meio à ofensiva do presidente dos EUA, Donald Trump, contra o Brics, a Presidência do Brasil do bloco se comprometeu a desenvolver uma plataforma que permita aos países-membros usarem suas próprias moedas para o comércio entre eles, o que poderia abrir caminho para substituir, em parte, o dólar como moeda do comércio internacional.

“De forma a cumprir o mandato estabelecido pelos líderes do Brics na Cúpula de Joanesburgo em 2023, a Presidência do Brasil dará continuidade aos esforços de cooperação para desenvolver instrumentos de pagamento locais que facilitem o comércio e o investimento, aproveitando sistemas de pagamento mais acessíveis, transparentes, seguros e inclusivos”, informa o documento.

A medida contraria os interesses dos EUA, que iniciaram uma guerra comercial com a elevação

de tarifas para alguns mercados e produtos, incluindo o aço e alumínio, mercadorias que o Brasil exporta para o país.

Nesta quinta-feira, antes de se reunir com o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, que faz parte do Brics, o presidente Trump disse que o bloco estaria “morto” depois das ameaças que fez de taxar em 100% as importações dos países que substituam o dólar.

Por sua vez, o documento da Presidência brasileira do Brics afirma que o “recurso insensato ao unilateralismo e a ascensão do extremismo em várias partes do mundo ameaçam a estabilidade global e aprofundam as desigualdades”.

O documento completa dizendo que “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem destacado o potencial do Brics como espaço para construção das soluções de que o mundo tanto precisa. Mais do que nunca, a capacidade coletiva de

negociar e superar conflitos por meio da diplomacia se mostra crucial. Nosso agrupamento dialoga com todos e está na vanguarda dos que defendem a reforma da governança global”.

O professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Fabiano Mielniczuk, destacou que o Brasil terá que deixar mais claro para o mundo o que significa esse tipo de mecanismo de pagamento em moeda local.

“O Brasil tem enfatizado bastante, principalmente na figura do seu Sherpa novo, o embaixador Maurício Lirio, que não pretende avançar no sentido da desdolarização das relações econômicas internacionais. O Brasil não quer criar atritos com os EUA. E o Brasil precisa deixar claro até que ponto a criação de mecanismos para pagamento em moeda local no âmbito do Brics representa, ou não, uma alternativa ao dólar”, ponderou.

## Equador condena assassinato de militar

O governo equatoriano condenou nesta sexta-feira o assassinato do comandante do Grupo de Operações Especiais da Força Aérea Equatoriana (FAE), Porfirio Javier Cedeño, durante um ataque armado, e alertou sobre uma resposta “enérgica” contra os responsáveis pelo crime. “Aqueles que perpetraram este ato não devem ter dúvidas: nossa resposta será enérgica”, disse o governo em um comunicado emitido pela Presidência.

Segundo as Forças Armadas, Cedeño foi morto fora da Penitenciária Litoral, na cidade costeira de Guayaquil (sudoeste), quando o veículo em que viajava foi atacado a tiros por grupos criminosos. Como resultado do ataque, o motorista, Primeiro Cabo Xavier A., ficou ferido.

O governo acrescentou que esses eventos demonstram o “estado de guerra em que o Equador está imerso” e o compromisso das Forças Armadas em garantir a segurança do país. “Dada essa realidade, fica claro que estamos vivendo um conflito armado interno”, afirmou o governo.

O presidente Daniel Noboa declarou em 9 de janeiro de 2024 um “conflito armado interno” no país contra 22 gangues criminosas classificadas como “terroristas”, após uma escalada de violência e insegurança que está atingindo o país sul-americano.

No comunicado, o governo acrescentou que, em nome de cada membro das Forças Armadas e suas famílias, o estado de emergência declarado anteriormente em 3 de janeiro de 2025, “continuará”.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7702
Dólar Turismo	R\$ 6,0090
Euro	R\$ 6,0391
Iuan	R\$ 0,7913
Ouro (gr)	R\$ 542,55

### ÍNDICES

IGP-M	0,27% (janeiro)
	0,94% (dezembro)
IPCA-E	
RJ (dezembro)	0,36%
SP (dezembro)	0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%



# China e a Guerra na Ucrânia

Por **Edoardo Pacelli**

Francesca Giovannini, diretora executiva do Projeto de Gestão do Átomo do Belfer Center for Science & International Affairs da Harvard Kennedy School e professora associada adjunta da Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University, em entrevista a um canal de notícias italiano, fez uma análise precisa das consequências, mais ou menos diretas, no sistema internacional como um todo, causadas pela invasão russa da Ucrânia em 2022. Entre as dimensões que passaram por uma transformação está aquela relativa às lógicas estratégicas no Mar da China Meridional.

De acordo com a especialista em política da China: “Algumas coisas mudaram para melhor, outras para pior.” E ainda: “A primeira observação a fazer é que a China tirou várias lições da

guerra na Ucrânia. Em primeiro lugar, a constatação de que, quando um aparato militar não tem um preparo de combate ‘ativo’, mesmo uma grande potência pode realmente enfrentar o fracasso em uma eventual operação militar. E os chineses chegaram à conclusão de que essa possível operação em Taiwan seria extremamente complicada. Não é apenas uma questão de hardware e economia, mas também de prontidão para o combate.”

Como resultado, independentemente da retórica usada, a China adotou uma política muito mais cautelosa e se dedicou à preparação. “Veja como o Exército de Libertação Popular começou a conduzir uma série de exercícios militares bem diferentes de antes, por exemplo, colocando muito mais ênfase na integração entre os componentes aéreo e naval.” Mas a principal lição aprendida com a observação das difi-

culdades encontradas por Moscou para executar, com sucesso e rapidez, a operação planejada levou Pequim a reconsiderar, pelo menos em parte, seus planos para uma possível operação contra Taiwan.

## Lições aprendidas pelos chineses para uma possível ação em Taiwan

Além disso, uma consideração adicional, derivada das atitudes ocidentais ao lidar com as atuais crises internacionais, concentrou a atenção chinesa em um fato que demonstra um lado fraco do Ocidente. A professora Giovannini destaca essa fraqueza: “Por outro lado, como consequência da guerra na Ucrânia, os chineses fortaleceram toda uma série de visões sobre o Ocidente. Por exemplo, o fato de que, com o Ocidente, é preciso esperar pa-

cientemente, porque, com o passar do tempo, a vontade férrea inicial dos Estados Unidos e dos europeus enfraquece, tornando mais apropriado recorrer a uma ‘tática do salame’, destinada a minar a autoridade e a influência dos Estados Unidos no setor. Os chineses também notaram quão limitados são os ativos americanos e que os Estados Unidos atualmente não têm recursos para competir em vários teatros, como demonstrado pela ausência temporária de porta-aviões da Marinha dos EUA no Indo-Pacífico, após o surgimento da crise no Oriente Médio, juntamente com a da Ucrânia.”

Outras considerações chinesas, decorrentes do conflito na Ucrânia, não estão centralizadas apenas nas relações com o Ocidente, mas também na ação russa. “Os chineses não ficaram surpresos apenas com o fraco desempe-

nho do exército russo, que eles imaginavam ainda ser tão poderoso quanto nos tempos soviéticos, mas, ao mesmo tempo, com os curtos-circuitos na comunicação entre Xi Jinping e Vladimir Putin, onde houve enormes atrasos, o que foi motivo de constrangimento. Um exemplo claro disso é quando Putin, durante uma visita a Pequim, prometeu a Xi que não haveria disseminação geográfica de armas nucleares e que China e Rússia permaneceriam firmemente unidas para combater esse processo. E, algumas horas depois, Putin anunciou a transferência de armas nucleares para a Bielorrússia.”

Mas não termina aí, pois falta a última peça deste mosaico: a aparição da Coreia do Norte no teatro ucraniano. “Ninguém poderia imaginar que Pyongyang enviaria tropas para lutar no conflito na Ucrânia. E o que preocupa Pequim é que es-

sa mobilização dará a Kim a sensação de que suas Forças Armadas estão muito mais preparadas para conduzir operações de combate na Península Coreana, fortalecendo, assim, a intenção de Seul de adquirir capacidades nucleares.”

“Não estou mais convencida de que os Estados Unidos acreditam que podem inculir medo suficiente em Pequim para impedir certas ações chinesas”, conclui Giovannini. “Na verdade, estou bastante convencida de que os sinais de fraqueza interna demonstrados por Washington reforçam a crença de Pequim de que os Estados Unidos são uma potência em declínio.”

Além de todas as consequências imagináveis que isso acarreta.

*Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italianiga e vice-presidente do Ideus.*

# Concessão da Malha Ferroviária da FCA: novo modelo é possível!

Por **José Augusto Valente**

O futuro da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) está em um momento decisivo. A renovação da concessão tem gerado intensos debates sobre sua efetividade para atender ao interesse público, especialmente no que diz respeito à expansão da malha, à diversificação das cargas transportadas e à retomada do transporte ferroviário de passageiros.

De um lado, a VLI, controladora da FCA, defende que sua proposta de renovação prevê investimentos significativos e a continuidade da operação. Do outro, o Governo Federal e setores da sociedade questionam o foco exclusivo da concessionária nos trechos economicamente mais vantajosos, sem uma contrapartida clara para a ampliação

do sistema ferroviário e a inclusão de novos serviços.

O modelo atual de concessões tem priorizado o transporte de commodities, como minério e grãos, enquanto diversas regiões do país ficam desatendidas pelo transporte ferroviário, tanto para cargas menores quanto para passageiros.

Segundo documento do Setorial Nacional de Logística, Transportes e Mobilidade Urbana do PT, a FCA já desativou cerca de um terço de sua malha ferroviária, sob a justificativa de inviabilidade econômica. Esse cenário forçou pequenos e médios produtores a dependerem do transporte rodoviário, encarecendo a logística e impactando negativamente a infraestrutura viária.

Além disso, nas últimas renovações de concessões ferroviárias, os investimentos ficaram concentrados na modernização de equi-

pamentos, sem um avanço significativo na expansão da capacidade física das ferrovias. A proposta de renovação da VLI segue essa mesma lógica, o que tem gerado resistência dentro do governo e entre especialistas do setor.

Diante desse impasse, uma alternativa que ganha força é transferir a gestão da malha para a Infra S/A, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, que já administra importantes ferrovias, como a FIO, a FICO e a Ferrovia Norte-Sul. Nesse modelo, a VLI continuaria operando os trechos que considerava rentáveis, por meio de subconcessões, mas com a obrigação de pagar uma outorga proporcional à rentabilidade desses trechos.

Esse valor seria utilizado exclusivamente para financiar a reativação de trechos abandonados e a implementação de novas conex-

ões ferroviárias, conhecidas como short lines. Essas pequenas linhas férreas, amplamente utilizadas nos Estados Unidos, são fundamentais para conectar centros produtivos regionais às grandes ferrovias e permitir que pequenos e médios produtores tenham acesso ao transporte ferroviário.

Outro aspecto fundamental dessa proposta é a retomada do transporte de passageiros. No modelo atual, as concessionárias têm liberdade para decidir se operam ou não esse serviço, o que levou a sua quase completa extinção. No novo modelo, o transporte de passageiros seria garantido em parte da malha, funcionando de forma compartilhada com cargas de maior valor agregado. Essa mudança representaria um avanço na mobilidade regional e na oferta de alternativas mais seguras e eficientes de transporte.

Além de ampliar a oferta de serviços ferroviários, a nova gestão pela Infra S/A corrigiria uma limitação estrutural do modelo atual: a insuficiente regulação para democratizar o acesso à infraestrutura. Hoje, mesmo trechos ociosos das ferrovias não podem ser utilizados por outras operadoras sem autorização da concessionária, o que dificulta a diversificação do setor. Com a Infra S/A assumindo o controle da malha, essa limitação seria superada, permitindo uma gestão mais transparente e eficiente da rede ferroviária.

A decisão do governo sobre a FCA será um marco para o transporte ferroviário no Brasil. Optar pela renovação nos moldes atuais significa manter um modelo excludente, voltado apenas ao escoamento de commodities, sem compromisso com a ampliação da malha e a diversificação dos

serviços. Por outro lado, adotar um modelo equilibrado, em que a gestão pública garante investimentos estratégicos e o setor privado opera os trechos mais lucrativos sob novas condições, pode transformar a logística ferroviária do país.

Essa proposta fortalece a economia regional, reduz a dependência do transporte rodoviário, assegura o retorno dos trens de passageiros e garante investimentos na infraestrutura ferroviária. O Brasil tem a oportunidade de construir um sistema ferroviário mais moderno, sustentável e democrático. A escolha a ser feita agora definirá os rumos desse setor nas próximas décadas.

*José Augusto Valente é membro da Divisão Técnica de Transporte e Logística do Clube de Engenharia. Foi secretário de Política Nacional de Transportes e presidente do DER-RJ.*

# Monitor Mercantil



**Monitor Mercantil S/A**  
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**  
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192

**Diretor Responsável**  
Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**  
Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

**Serviços noticiosos:**  
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912  
monitormercantil.com.br  
twitter.com/sigaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitorsp@monitor.inf.br

**Assinatura**  
Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas







## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## TCU na oposição?

Há muitos anos que o economista e jornalista José Carlos de Assis critica os Tribunais de Contas, TCU e estaduais. São tantas as exigências e detalhes que acaba tendo um efeito contrário ao pretendido: encarecem os custos do Estado e abrem margem para negociações pouco republicanas. Ainda que em muitos casos a presença de fiscalização tenha papel fundamental, acaba-se paralisando obras e ações sem que se alcance o que deveria ser o objetivo: celeridade, preços mais baixos e combate a corrupção.

Para piorar, nos últimos dias, o Tribunal de Contas da União (TCU) parece ter assumido um viés político. Entre elas, a crítica algo estridente sobre um suposto rombo na Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, e o anúncio de que iria avaliar o impacto de políticas públicas financiadas com recursos fora do orçamento da União.

No primeiro caso, trata-se de um rombo fake, e a forma como o TCU divulgou a análise do caso só fez aumentar a confusão. Segundo a Previ, o “déficit mencionado pelo TCU, no valor de R\$ 14 bilhões, é um recorte referente a um período muito específico – de janeiro a novembro de 2024 – em que houve grande oscilação do mercado financeiro”. Em 2023, houve R\$ 14,5 bilhões de superávit acumulado, “gordura” que foi consumida, mas o plano continuou superavitário.

Um fundo de pensão tem suas contas avaliadas em prazo longo, tal qual suas obrigações com os contribuintes. Recortar um período curto e fazer alarde sobre incompetência – ou pior – só alimenta fake news da oposição.

No caso da avaliação dos recursos fora do orçamento – especialmente, embora não dito pelo TCU, o BNDES – a situação é ainda pior. A justificativa é que o uso desses recursos pode acarretar perda de credibilidade na gestão do governo e que “esse cenário é indutor de potenciais efeitos danosos para a economia do país”, de acordo com trecho do relatório dito técnico publicado pelo *O Globo*.

Considerações sobre política econômica não cabem ao TCU; aliás, não cabem nem ao BC dito independente. Elas são direito e obrigação do governo eleito – que, diga-se de passagem, não implementou os compromissos assumidos na eleição (mas isso é outra história).

## Fonte isenta (de verdade?)

A mídia internacional noticiou que a Rússia bombardeou a usina nuclear de Chernobyl. Fonte da “notícia”: Zelensky. Os russos, claro, negaram. A mídia já foi mais discreta ao optar pelas fontes do que publicam. No momento em que a Ucrânia se vê impensada a reconhecer a derrota na guerra, um suposto ataque a Chernobyl não interessaria aos russos.

## Rápidas

O escritório Ronaldo Martins & Advogados (RM&A) foi reconhecido na pesquisa Análise Advocacia 2025 como um dos Mais Admirados do Brasil na categoria Tributário \*\*\* No próximo dia 20, às 18h, João Candido Portinari, fundador e diretor do Projeto Portinari e único filho do pintor, fará uma palestra na Casa D’Italia sobre a influência da cultura do café na obra do grande artista plástico \*\*\* A fabricante de embalagens Brasilata está com 15 vagas para cargos de operador de produção e 2 de estágio na fábrica localizada em Barra do Pirai (RJ). Detalhes em [carreiras.brasilata.com.br/jobs](https://carreiras.brasilata.com.br/jobs)

# Alckmin: ‘Brasil não é problema comercial para EUA’

## De 10 produtos exportados, apenas quatro não são taxados

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou na noite de quinta-feira que o Brasil não representa um “problema comercial” para os Estados Unidos (EUA). A declaração foi dada ao comentar o anúncio, pelo presidente norte-americano, Donald Trump, da aplicação de tarifas de reciprocidade contra qualquer país que imponha impostos contra as importações norte-americanas.

“É natural que o novo governo americano queira avaliar o seu comércio exterior, estudar, avaliar a questão do comércio exterior. O Brasil não é problema comercial para os EUA. A balança comercial nossa de bens é equilibrada. Nós exportamos US\$ 40 bilhões e importamos US\$ 40 bilhões”, disse Alckmin em coletiva. “Quando nós incluímos os serviços, os EUA tem um superávit de US\$ 7,4 bilhões. É o sétimo maior superávit da balança comercial americana. Então nós não somos problema comercial”, acrescentou.

O vice-presidente ressaltou que dos 10 produtos mais exportados pelo Brasil aos EUA, apenas quatro não são taxados pela alfan-dega americana, nos demais são impostas tarifas. Já nos 10 produtos mais importados pelo Brasil vindos dos EUA, oito entram totalmente livres de tarifas.

“O caminho do comércio exterior é ganha-ganha. É ter reciprocidade, não é alíquota igual. Reciprocidade é você vender mais onde é mais competitivo, onde você é menos competitivo, você

compra. Produtos que você não tem, você adquire. Essa é a regra e é nesse princípio que nós vamos trabalhar”, disse.

Geraldo Alckmin defendeu ainda o etanol brasileiro e disse acreditar que a resolução da questão comercial será com base no diálogo e entendimento entre os países. “No caso do etanol, primeiro é importante destacar que o etanol do Brasil, ele é de cana-de-açúcar. Ele descarboniza mais, ele tem um terço a menos de pegada de carbono”, disse.

O vice-presidente disse que um dos caminhos de solução poderá ser a adoção de cotas para os produtos brasileiros, assim como ocorreu com o aço, em 2018, quando os EUA também levantaram barreiras comerciais contra o produto. “No caso do aço, lá atrás, se caminho para a cota, chamada hard cota, porque acima de um limite não pode entrar. Esse pode ser um dos caminhos, vamos aprofundar todos esses temas”. Acrescentou que “o comércio exterior é um caminho de diálogo, um caminho de entendimento, um caminho de ganha ganha, de buscar alternativas. É isso que vai ser feito”.

### Reciprocidade

Já nesta sexta-feira, o presidente Lula reafirmou que o Brasil vai aplicar o princípio da reciprocidade caso Trump cumpra com a promessa de elevar as tarifas de importação do país. “Eu ouvi dizer que vai taxar o aço brasileiro. Se taxar o aço brasileiro, nós vamos reagir comercialmente ou vamos denunciar à Orga-

nização do Comércio ou vamos taxar os produtos que a gente importa deles. Sinceramente, não vejo nenhuma razão para o Brasil procurar contencioso com quem não precisa. Agora, se tiver alguma atitude com o Brasil, haverá reciprocidade. Não tem dúvida, haverá reciprocidade do Brasil em qualquer atitude que tiver contra o Brasil”, reforçou.

Trump vem prometendo aplicar tarifas abrangentes a diversos países com superávit comercial com os EUA, como a China, e até a parceiros mais próximos como México e Canadá. Ele também anunciou uma taxa de 25% sobre as importações de aço e alumínio, cancelando isenções e cotas isentas de impostos para os principais fornecedores, entre eles o Brasil.

Lula lembrou, entretanto, que os EUA têm superávit comercial com o Brasil, ou seja, vendem mais bens e serviços do que compram. “A relação do Brasil com o EUA é uma relação muito igualitária. Ou seja, eles importam de nós US\$ 40 bilhões, nós importamos deles US\$ 45 bilhões”, disse.

“Então, nós não queremos atrito com ninguém. O Brasil não tem contencioso internacional, nós queremos paz e tranquilidade. Olha, se o Trump tiver esse comportamento com o Brasil, eu terei esse comportamento com os EUA”, reafirmou.

Ontem, Trump ainda anunciou a aplicação de tarifas de reciprocidade contra qualquer país que imponha impostos contra as importações norte-americanas, sendo a mais recente ofensiva tarifária contra aliados e inimigos do país. De acordo com a Casa Branca,

as tarifas podem começar a ser impostas em semanas, enquanto a equipe comercial e econômica do governo estuda tarifas bilaterais e relações comerciais. O governo norte-americano vai analisar país a país e esses estudos devem ser concluídos até o dia 1º de abril.

Diante disso, membros da equipe econômica do governo defendem cautela diante dos anúncios do presidente dos EUA. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o Brasil não precisa temer as medidas, também citando a balança comercial superavitária para os norte-americanos. Haddad afirmou que o governo brasileiro não irá se manifestar “a qualquer sinalização”, vai aguardar para ver o “que é concreto, efetivo” e avaliar “como vai terminar essa história”.

Os 10 principais produtos brasileiros exportados para os EUA são: óleos brutos (sem taxa), produtos semimanufaturados de ferro ou aço (taxa de 7,2%), café não torrado (9%), pastas químicas de madeira (3,6%), ferro fundido (3,6%), aviões (sem taxa), gasolinas (sem taxa), aviões a turbojato (sem taxa), carnes desossadas (10,8%), ligas de aço (7,2%).

Já os 10 principais produtos dos EUA importados pelo Brasil são parte de turborreatores (sem taxa), turborreatores de empuxo (sem taxa), gás natural liquefeito (sem taxa), óleos brutos de petróleo (sem taxa), óleo diesel (sem taxa), naftas (sem taxa), hulha betuminosa (sem taxa), copolímeros de etileno (20% de taxa), óleos lubrificantes (sem taxa), polietilenos (20%)

## Revisão da vida toda em aposentadorias é rejeitada

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou nesta sexta-feira, em Brasília, um recurso contra a decisão do plenário que derrubou a tese da revisão da vida toda de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Relator do tema, Marques determinou o trânsito em julgado imediato da ação, ou seja, a impossibilidade de recursos adicionais e o encerramento definitivo do assunto no Supremo.

Esse último recurso foi feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), que buscava recuperar a possibilidade de os aposentados recalcularem os benefícios. O caso voltou a julgamento no plenário virtual nesta sexta-feira. Marques foi o único a votar até o momento. Os demais ministros têm até as 23 horas e 59 minutos

da próxima sexta para votar de forma remota.

Numa reviravolta sobre o assunto, em março do ano passado o Supremo derrubou o próprio entendimento que autorizava a revisão da vida toda. Na ocasião, foi revertida maioria alcançada em 2022, quando a composição plenária era diferente da atual.

Com isso, o STF deu ganho à União, e retirou o direito dos aposentados de optarem pelo cálculo que proporcionasse o maior benefício: com ou sem as contribuições anteriores a 1994, quando foi implementado o Plano Real. Tais parcelas haviam sido excluídas do cálculo com a reforma da Previdência de 1999.

Em último recurso, do tipo embargo de declaração, a CNTM argumentou, entre outros pontos, que o Supremo não poderia ter alterado um entendimento que

havia sido alcançado sobre o mesmo assunto, pouco tempo antes.

Marques, contudo, afastou o argumento, afirmando que “descabe emprestar imutabilidade a uma decisão, seja monocrática, seja colegiada, que passou a ter sentido oposto a novo entendimento do Pleno”.

Em seu voto, Marques garantiu, contudo, que os aposentados que receberam pagamentos relativos ao recálculo de suas aposentadorias até 5 de abril de 2024 não precisam devolver os valores. Essa foi a data em que foi publicada a decisão que derrubou o direito à revisão.

Isso porque, nesse caso específico, os beneficiários receberam as quantias de boa-fé, após ganhos de causas judiciais obtidos com base em entendimento anterior do STF, que autorizava os repasses.

O ministro alertou que “não colherão êxito eventuais cobranças feitas pelo INSS em face dos segurados ou sucessores, referentes a valores recebidos a maior até a data de 5 de abril de 2024 em decorrência de decisões judiciais favoráveis à ‘Revisão da Vida Toda’”.

Na sessão virtual desta sexta-feira, os ministros julgaram recurso apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), uma das entidades que fazem parte do processo.

A entidade alega que a Corte mudou seu próprio entendimento sobre a questão e pede a exclusão da proibição dos aposentados que entraram com ações revisionais na Justiça até 21 de março de 2024, data na qual o Supremo fixou que a revisão da vida toda não tem validade.





## MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

## Desenvolvimento sustentável e atividade econômica

A necessidade de proteção ambiental por meio de uma legislação mais adequada, de uma administração menos dirigista, de uma cidadania participativa, da ampliação do acesso à justiça e de uma atuação mais pragmática dos poderes públicos é uma meta recente a ser capitaneada por toda a sociedade.

A consciência do papel relevante tanto do meio ambiente como suporte da vida quanto da limitação de sua capacidade de resistir às agressões do homem não acompanhou o ritmo do crescimento econômico e tecnológico, muito embora as vozes de H.D Thoreau, em 1860, e de Stuart Mill, em 1865, já se levantassem e inspirassem importantes autores acerca da importância da natureza em sua relação com o ser humano.

Apenas na segunda metade do século 20, inspirada inicialmente pelo temor decorrente do período da Guerra Fria, com a proliferação de centrais nucleares e armas atômicas, e, mais adiante, pela degradação ambiental decorrente da poluição gerada por grandes indústrias, notadamente pelo uso indiscriminado de pesticidas como o DDT, concretizou-se uma tutela efetiva do meio ambiente (CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. Barcelona: Luis Caralt, 1964, p. 344. Nessa obra, publicada pela primeira vez em 1962, a autora demonstra o impacto causado no ecossistema, a exemplo de contaminação de águas superficiais e subterrâneas, reduzindo a biodiversidade e afetando negativamente a saúde humana, pelo uso de pesticidas como o DDT).

Nessa linha, está o conceito de desenvolvimento sustentável. Evidenciado que os recursos naturais não são inesgotáveis, questionou-se, principalmente a partir da crise do petróleo nos anos 70, o crescimento da economia sem uma ética de sustentabilidade. Isso acabou por acarretar uma mudança de paradigma, e o fator natureza passou a integrar o movimento econômico. Foi também nesse contexto que se começou a considerar a importância da tecnologia para ultrapassar as falhas do mercado e tentar superar o antagonismo existente entre economia e ecologia.

O princípio do desenvolvimento sustentável projeta-se no cenário internacional através das Declarações de Estocolmo de 1972 e da Declaração do Rio de Janeiro de 1992. Esta última cristalizou os princípios e normas de proteção ambiental, além de destacar novos temas acerca da conservação ambiental, como diversidade biológica, mudança do clima, camada de ozônio, poluição marinha, dentre outros.

A atividade econômica, dentro dessa nova perspectiva, não se pauta apenas pela análise custo-benefício do modelo liberal clássico, unilateral e individualista, mas procura valorizar as questões ambientais, numa perspectiva relacional, intra e intergeracional. Procura-se enfatizar a compreensão de bem-estar e de qualidade de vida, substituindo a noção de crescimento econômico decorrente da acumulação material de riqueza, para delinear o valor dos bens da natureza e seus custos para o homem.

A Constituição de 1988, ao dispor acerca da proteção do meio ambiente como um dos princípios reitores da atividade econômica (art. 170, inc. VI), promove uma aproximação da livre iniciativa econômica com os princípios da igualdade e da fraternidade, visando a diminuição das desigualdades sociais e a valorização da dignidade da pessoa humana.

A fim de que a prática econômica se desenvolva sem destruir os fatores naturais que a sustentam, as práticas individuais devem ser coordenadas com os interesses coletivos; a livre iniciativa econômica, com os valores ambientais; a propriedade, com o meio ambiente, sempre atentando para o caráter interdisciplinar e relacional do meio ambiente.

Como bem observa Michel Villey “se isolarmos uma única nota do *Don Juan* de Mozart, não encontraremos nenhuma beleza, a harmonia reside na adequação e na proporção entre timbres e notas”: (VILLEY, Michel. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 349. “Se isolarmos uma única nota do *Don Juan* de Mozart, não encontraremos nenhuma beleza; a harmonia reside na adequação e na proporção entre timbres e notas. O bem não consiste no fato de o vírus da gripe atingir seu desenvolvimento máximo, mas no fato de o conjunto do organismo alcançar um equilíbrio entre o vírus e os anticorpos; o mesmo acontece com o universo, que reúne uma pluralidade de organismos. O Telos dos seres naturais é uma ordem que, por si mesma, é Bem [agathon], o que pode ser observado: um germe produz uma árvore, flores e frutos. O homem começa como um feto; este feto se transforma ao longo da infância e da adolescência numa bela jovem: melhor que o feto.”)

# Volume dos serviços de alimentação fora do lar aumentou em dezembro

Segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), de dezembro de 2024, o setor de alimentação e alojamento, do qual a alimentação fora do lar representa 85%, apresentou aumento de 1,1%, frente ao recuo de 0,5% no índice geral de serviços. A comparação é em relação ao mês anterior.

Os dados apontam que, no setor de serviços de alimentação, houve um crescimento de 3,2%, em comparação a novembro, sem ajustes sazonais. Foi o segundo mês seguido em que os serviços de alimentação e alojamento se descolaram da queda no índice geral, apresentando crescimento.

No acumulado de 2024,

o serviço de alimentação apresentou crescimento de 5,5%, bem acima do índice geral, que registrou alta de 3,1%.

Para Paulo Solmucci, presidente-executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), “o aumento ao longo do ano demonstra a força desse setor que se mostra essencial no cotidiano. Em dezembro, época de décimo terceiro e festas de fim de ano, o segmento de alimentação fora do lar teve bom desempenho em relação ao faturamento. O problema é que continua pressionado por outros fatores, como a inflação”, aponta.

Alimentos e bebidas, principais insumos do se-

tor, aumentaram 1,07%, enquanto a alimentação fora do lar apresentou variação de 0,67% em janeiro. Essa diferença demonstra a dificuldade dos estabelecimentos em repassar os aumentos para os clientes, o que reduz as margens daqueles que conseguem operar com lucro.

“Os estabelecimentos optam, muitas vezes, por não repassar a inflação com medo de perder clientes, mas existe um limite. Operar nesse equilíbrio entre o reajuste e a retenção do cliente está cada vez mais difícil”, completa Paulo Solmucci.

Já a pesquisa de desempenho realizada pela Associação Brasileira de Franchising

(ABF) traz dados positivos do franchising nacional que, em 2024, conquistou um crescimento nominal de 13,5%, o equivalente a R\$ 273,08 bilhões. Entre os três segmentos que mais cresceram está o de alimentação foodservice, com um incremento de 16,1%. Dentre os fatores que levaram a estes resultados, há o movimento contínuo de retorno ao trabalho presencial, que deve perdurar pelos próximos anos. Outro fator está relacionado ao aumento da massa salarial e ao volume de pessoas empregadas, favorecendo as refeições fora do lar e os pedidos via delivery, além do consumo de produtos de maior valor agregado.

## Exportação de sucata ferrosa inicia 2025 com queda de 23%

As exportações de sucata ferrosa, insumo usado na fabricação de aço, iniciaram 2025 com queda. Foram vendidas no exterior em janeiro deste ano 59,32 mil toneladas, retração de 23% em relação às 77,5 mil toneladas de janeiro de 2024, conforme dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Em 2024, as exportações já haviam registrado desa-

celeração, com total de 690 mil toneladas, menos 13,7% em relação ao volume recorde de 2023, quando chegaram a 800 mil toneladas.

Apesar da redução, o volume de exportações em janeiro surpreendeu positivamente o Instituto Nacional da Reciclagem (Inesfa), órgão de classe que representa mais de 5,5 mil empresas recicladoras que praticam a economia circular, reinserindo insumos no ciclo da reciclagem para transformação.

“Com a queda do dólar

e mercado internacional ainda morno, a nossa expectativa era de um número ainda menor”, afirma Cleneu Alvarenga, presidente do Inesfa, que prevê novas quedas nas exportações, caso o dólar continue se desvalorizando, como nas últimas semanas.

“Os menores volumes de exportações não estão sendo compensados pelo incremento do consumo de sucata de ferrosa no mercado interno, o que demonstra a desaceleração da economia. A diminuição da

geração de sucata e o achatamento na margem dos recicladores são outros fatos que vêm deixando apreensivo o setor”, diz Alvarenga.

Para o presidente do Inesfa, a taxa sobre importações de aço imposta pelo governo norte-americano deverá ter pouco impacto no mercado de sucata ferrosa. Segundo ele, as siderúrgicas mais afetadas são as de alto forno, que utilizam principalmente o minério de ferro como matéria-prima e não a sucata.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPCON-PI - COOPERATIVA DE CONSUMO

O Diretor Presidente da COOPCON-PI - COOPERATIVA DE CONSUMO, com sede na Rua Arlindo Nogueira nº 536, Sala 203, Centro, Teresina/PI, CEP 64.001-290, CNPJ 47.620.930/0001-01, NIRE 22400011091, IE 197250246, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 03/02/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Teresina/PI. Rodrigo Saraiva Fernandes - Diretor Presidente - CPF 003.209.813-80.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA PROPAGACOAL - COOPERATIVA DE CONSUMO

A Diretora Presidente da PROPAGACOAL COOPERATIVA DE CONSUMO, CNPJ nº 48.347.286/0001-02, Inscrição Estadual nº 24049795-3, NIRE nº 27400050725, com sede na Rua Senhor José Bezerra Júnior S/N, sala 07, quadra 972, Lote 219, Serraria, Maceió/AL, CEP 57046-185, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 28/02/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Maceió/AL. Emanuelle Medeiros Cavalcante - CPF nº 027.870.044-66 - Diretora Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPROAL COOPERATIVA DE CONSUMO DO ESTADO DE ALAGOAS/AL

O Diretor Presidente da COOPROAL COOPERATIVA DE CONSUMO DO ESTADO DE ALAGOAS/AL, CNPJ 40.098.736/0001-69, NIRE 27400050296, Inscrição Estadual nº 243788126, com sede na Avenida Governador Lamenha Filho 360, sala 07 (Galeria Maktub) Feitosa, Alagoas/AL, CEP 57043-000, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 15/03/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Maceió/AL, 15 de fevereiro de 2025. Diretor Presidente - Luiz Elizário Palmeira Neto - CPF nº 046.089.274-69.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS E VENDEDORES DA BAHIA LTDA - COOPSUL

O Diretor Presidente da COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS E VENDEDORES DA BAHIA LTDA - COOPSUL, CNPJ 22.499.590/0001-81 - NIRE 2940004126-4, Inscrição Estadual 175520410 PP, com sede na Rua Rui Barbosa 940-A, Centro, Itabuna/BA, CEP 45600-220, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 21/03/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Itabuna/BA, 15 de fevereiro de 2025. Murilo Argolo dos Santos - Diretor Presidente - CPF 017.502.585-10.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444



**M2B SERVIÇOS DE ESTÉTICA S.A.**

CNPJ nº 28.140.322/0001-55 - NIRE: 33.3.0032781-9

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
Ficam convocados os acionistas da M2B Serviços de Estética S.A. (a "Companhia"), a participar da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 21/02/2025, às 11h, na sede da Companhia, situada na Av. Érico Veríssimo, 1.000, loja 125, Barra da Tijuca, RJ, RJ, CEP 22.621-150, com a seguinte Ordem do Dia: Eleição da Diretoria. RJ, 13/02/2025.

Mônica Muniz Coelho Moreira - Diretora-Presidente.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - COMARCA DA CAPITAL - RJ  
JUIZODEDIREITODA45ª.VARACIVELDACOMARCADACAPITAL.  
Av. Erasmo Braga, 115 L 1 SL 326 a 330 B CEP:20020-903 -Centro/RJ tel 3133-3681 e-mail: cap45vc@trj.jus.br  
EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO PRESENCIAL, ONLINE E INTIMAÇÃO. Executado SR. GILMAR IENNACO PERES, CPF No. 603.389.896-68 e na pessoa do seu advogado E na pessoa de seu advogado com o prazo de 05 (cinco dias), extraído dos autos de Fraude a Execução, Processo 0231231-34.2015.8.19.0001, Exequente : BRUNO CABUS MULLER, Executado GILMAR IENNACO PERES, CPF 603.389.896-68, e , chamada ao Processo, Helena Maria Negrini Minto CPF 160.802.108-43, NA FORMA ABAIXO: O DR. MARCIO ALEXANDRE PACHECO DA SILVA, JUIZ DE DIREITO, da Vara acima, FAZ SABER, por este Edital aos interessados que nos dias 26/02/2025 e 17/03/2025, às 14:00 horas, no escritório da leiloeira pública Norma Maria Machado, inscrita na JUCERJA sob No. 036, situado na Av. Erasmo Braga, 227 Grupo 704, Centro, Castelo/RJ e simultaneamente através do site de leilões online: [www.machadoleiloes.com.br](http://www.machadoleiloes.com.br) (venda híbrida do imóvel), será apregoado e vendido o imóvel situado na Rua Clarisse Índio do Brasil, No. 08, Apto. 802, matrícula 33.846, 3º. Ofício do RGI, Inscrição Imobiliária 0.589.374-8; foreiro ao Mosteiro de São Bento RJ. Laudo de Avaliação indireta fls 584/585. O imóvel objeto da avaliação, encontra-se posicionado de frente, 97 m2, de área edificada, construído em 1952. Edifício residencial. Prédio antigo, com pequena área livre na frente até o acesso à porta recepção. Não foi encontrado porteiro no local no ato da diligência. Encontra-se servido pelos melhoramentos públicos, energia elétrica, iluminação pública, asfaltamento, rede de água e esgoto. AVALIO o imóvel descrito em R\$ 795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil reais). Consta débitos IPTU, exercícios anos 2019 a 2025, valor aproximado R\$ 14.785,93; débitos de CBMERJ exercícios de 2019 a 2024, no valor de R\$ 607,05 e eventuais débitos de condomínio, caso existente, será informado no ato do primeiro leilão. Os interessados de que no ato da arrematação, adjudicação ou remição, Ficam cientes dos pagamentos: Venda a vista, acrescida da comissão ao leiloeiro de 5% mais as custas de cartório. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o Edital de leilão e intimação, caso executado não seja encontrado, fica intimado na pessoa de seu advogado e na forma do art.889,892 do NCP. O Edital que será afixado Atrio do Forum no local de costume. Eu, Fabio Michel Chamas, responsável pelo expediente- Mat- 01/23066, o fiz datilografar e subscrevo. (ass) MARCIO ALEXANDRE PACHECO DA SILVA, Juiz Titular.

**FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.**

CNPJ nº. 05.427.471/0001-02 - NIRE: 33.3.0026228-8

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Pelo presente edital, ficam convocados os Acionistas da **FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.** ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 11h00min do dia **25 de fevereiro de 2025**, na sede social da Companhia, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar, Flamengo, com a seguinte **Ordem do Dia**: deliberar sobre (i) Eleição de um novo membro da Diretoria da Companhia para o mandato de 2025; e (ii) Apreciar e aceitar o termo de renúncia apresentado pelo Diretor sem designação especial, Sr. Wilson Lemos de Moraes Neto, registrando agradecimentos pelos serviços prestados e destacando sua trajetória e contribuições à Companhia. Observações: Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da empresa ([www.wlm.com.br](http://www.wlm.com.br)) e no website da CVM - Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), o inteiro teor do Termo de Renúncia do Diretor Sr. Wilson Lemos de Moraes Neto, para fins de apreciação e aprovação. Os acionistas deverão se apresentar antes do horário previsto para o início da AGE e portando os seguintes documentos: **Acionistas Pessoas Físicas**: cópia do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da AGE (ou seja, a partir de 23 de janeiro de 2025); **Acionistas Pessoas Jurídicas**: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da AGE (ou seja, a partir de 23 de janeiro de 2025). Caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, em estrita observância ao disposto no Art. 126, da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2025. Fernando Mauricio Araujo Guimarães - Diretor Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPCONAL COOPERATIVA DE CONSUMO DO ESTADO DAS ALAGOAS**

O Diretor Presidente da **COOPCONAL COOPERATIVA DE CONSUMO DO ESTADO DAS ALAGOAS**, CNPJ 44.640.404/0001-15, NIRE 27400050555, Inscrição Estadual 240.24680-2, com sede na Praça do Pirulito 212 A, Andar 1, Caixa Postal 2, Prado, Maceió/AL, CEP 57010-295, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 27/02/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025** para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025** deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Maceió/AL, 15 de fevereiro de 2025. Flávio Cavalcanti da Silva – Diretor Presidente – CPF 008.337.914-27.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPAL SP – COOPERATIVA DE CONSUMO DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP**

O Diretor Presidente da **COOPAL SP – COOPERATIVA DE CONSUMO DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP**, CNPJ nº 38.347.205/0001-10, Inscrição Estadual nº 799.318.120.110, NIRE nº 3540018926-6, com sede na Rua Serra de Bragança, 1814 - Vila Gomes Cardim - São Paulo - SP, 03318-000, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 15/03/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025** para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025** deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. São Paulo/SP, 15 de fevereiro de 2025. Diretor Presidente - Ivo Danilo Alimari Junior - CPF nº 127.759.578-03.

# Banco ABC Brasil (ABCB4): resultado do 4T24, destaques e perspectivas

**Por Jorge Priori**

Conversamos sobre o resultado do 4T24 do Banco ABC Brasil com Ricardo Moura, diretor de Relações com Investidores, M&A Proprietário e Estratégia do banco.

**Como o Banco ABC Brasil avalia o seu desempenho no 4T24?**

Aqui, além de olharmos o fechamento do 4T24, nós vamos olhar o fechamento do ano. Em carteira, nós crescemos 6% no 4T24 e 14,6% no ano, chegando à parte superior do guidance, que estava entre 10% e 15%, além de termos tido um crescimento de dois dígitos em todos os segmentos de clientes, como C&IB (Corporate & Investment Banking), que são os clientes com receita anual acima de R\$ 4 bilhões, Corporate, cuja receita vai de R\$ 300 milhões a R\$ 4 bilhões, e o Middle, cuja receita vai de R\$ 30 milhões a R\$ 300 milhões.

Olhando para a margem financeira, ela cresceu tanto com os clientes quanto com o mercado. Com relação ao patrimônio líquido, como essa linha acompanha o CDI, ela acompanha os movimentos da taxa básica, e como ao longo de 2024 nós tivemos uma taxa básica cerca de 200 pontos base menor que a taxa básica de 2023, essa linha acabou sendo menor em 2024 simplesmente por uma questão conjuntural macroeconômica. Da mesma forma, em um cenário de aumento da taxa de juros, essa linha deve acompanhar esse movimento.

A receita de serviço foi o grande destaque do ano. Como 2024 foi um ano desafiador no sentido de que os spreads de crédito tiveram uma queda importante, isso fez com que os bancos ficassem com apetite para gerar mais ativos, o que fez com que o mercado de capitais de renda fixa tivesse um ano histórico, com um volume que ganhou, por uma larga margem, de qualquer outro ano. Isso acabou influenciando os spreads de crédito no mercado de capitais e também um pouco no mercado bancário.

Para que o banco possa navegar por um ambiente macroeconômico como o de 2024, com spreads mais apertados, ele possui ferramentas de cross sell para servir os seus clientes, sendo que esses produtos trazem uma receita adicional que no passado não havia, tanto que o Banco de Investimento se destacou com um incremento de mais de 60% quando comparamos 2024 com 2023.

Além disso, nós fechamos 2024 com um balanço, na nossa visão, bem provisionado e com níveis de atraso sob controle. Outro destaque do 4T24 foi a que-

da do atraso no segmento Middle, que passou de 4,1% para 3,1%, um nível mais normalizado de atraso. Por fim, o banco possui um balanço que traz a opção de poder acelerar o crescimento se as condições estiverem presentes. Isso fez com que tivéssemos um crescimento de 14% do lucro no ano, o que nos possibilitou fechar 2024 com um ROAE (Return on Average Equity) de 15,7%.

**Como o aumento da Selic pode impactar as operações de crédito e do mercado de capitais?**

Tudo mais constante, o aumento da Selic faz com que o serviço de dívida das empresas, que é o pagamento de juros, fique maior. Além do aumento da Selic fazer com que essas dívidas fiquem menos atrativas, ele pode fazer com que essas empresas ponham um freio em alguns dos seus projetos. Ou seja, projetos que seriam atrativos com uma taxa básica menor, podem deixar de ser atrativos com uma taxa básica um pouco maior, o que pode fazer com que haja uma menor demanda por crédito.

Essa foi uma das razões pelas quais o banco acabou incorporando esse cenário macroeconômico nos seus números, tanto que o guidance para crescimento de carteira era de 10% a 15% em 2024, mas passou para de 7% a 12% em 2025, uma redução de três pontos percentuais tanto na faixa inferior quanto na faixa superior.

Com relação ao mercado de capitais, como as empresas maiores possuem mais facilidade para acessá-lo, esse mercado as tem ajudado a melhorar os seus perfis de endividamento, pois como elas têm conseguido captar a prazos mais longos, elas estão conseguindo alongar os seus perfis de endividamento.

**Antes do Banco de Investimento, os clientes do Banco ABC Brasil faziam suas operações de mercado de capitais com outras instituições. Como vocês fizeram para que muitas dessas operações passassem a ser feitas com o Banco de Investimento do Banco ABC Brasil?**

Essa é uma dinâmica interessante. Em 2019, nós começamos a entender com os clientes quais eram os nossos pontos fortes e fracos. A maior crítica que escutamos é que os clientes gostavam muito do banco, mas que ele ainda tinha um portfólio limitado de produtos. Nesse momento, ficou muito claro que se trouxéssemos uma maior grade de produtos, nós poderíamos alavancar o relacionamento que tínhamos com os nossos clientes. Isso seria benéfico para eles, já que seríamos mais uma opção de produtos e serviços,

e muito sinérgico para nós, pois oferecer três, quatro produtos com uma força de vendas é uma coisa, mas oferecer dez é outra.

Dessa forma, nós começamos um processo, que não é feito da noite para o dia, de diversificação da grade de produtos, oferecendo produtos e serviços que antes não eram oferecidos. Isso aconteceu tanto dentro do banco de investimento, quanto em várias outras áreas do banco. Além de começarmos a fazer no Banco de Investimento operações de CRI, CRA e FIDC, nós criamos uma corretora de seguros, uma comercializadora de energia e uma empresa recuperadora de crédito; ampliamos os produtos de cash management e de derivativos, e começamos a ser mais ativos em câmbio. Como nós temos um relacionamento com a base de clientes e acreditamos no que chamamos de retorno sobre o relacionamento, no momento em que passamos a oferecer mais produtos, a demanda veio.

Nós ainda não estamos onde gostaríamos de estar, pois temos um caminho pela frente, mas temos conseguido, ano após ano, avanços importantes.

**Quais cuidados o Banco ABC Brasil está tomando para que o aumento da Selic não impacte o seu PDD (Provisão para Devedores Duvidosos)?**

Nós fazemos revisões de apetite a risco de forma muito constante, através do acompanhamento de uma série de indicadores do cenário macro e de “n” fontes de informação, tanto gerais quanto de empresas. Essa revisão faz com que, dependendo do momento, nós tenhamos um apetite maior ou menor a crédito.

Ao longo dos últimos meses, nós ajustamos um pouco esse apetite para que as novas operações capturassem a correta precificação do momento que temos e o perfil de risco que estamos originando nas operações.

O Banco ABC Brasil colocou no seu guidance para 2025 uma projeção de crescimento de 7% a 12% da sua carteira de crédito expandido. O que o banco vai fazer para alcançar esse crescimento em um ano tão desafiador?

Segundo o Banco Central, o crescimento da carteira de crédito corporativo, ou seja, recursos livres, excluindo os recursos direcionados, ficou entre 8% e 9% em 2024. Já o crescimento da carteira de títulos privados foi de 12%. Assim, nós crescemos um pouco acima do mercado em 2024 e ganhamos um pouco de market share, que ainda é pequeno.

Quando olhamos as projeções da Febraban e do Banco Central para o cres-

cimento da carteira de crédito corporativo para 2025, elas estão gravitando de 8% a 9%. Com relação aos títulos privados, nós não temos os dados da Febraban e do Banco Central, mas eles devem estar acima de 10%. Como nós colocamos no topo do nosso guidance 12%, isso quer dizer que, dependendo do cenário e das condições para originação de créditos, nós acreditamos que existe sim uma possibilidade de ganharmos algum market share, da mesma forma como fizemos nos anos anteriores.

Veja que nós temos um cenário que tem estado bem dinâmico. Nós tínhamos um certo cenário por volta do 3T24, mas que mudou de forma importante no 4T24. O importante é que nós temos flexibilidade, seja de base de clientes, de acesso à captação ou de acesso à capital, para nos adaptarmos de forma tática e navegarmos, seja na parte baixa do guidance (7%), seja na parte alta (12%). O grande segredo está na leitura das oportunidades versus os riscos que podem aparecer em 2025.

**Como o Banco ABC Brasil vê as suas perspectivas para 2025?**

O ano de 2025 vai trazer desafios importantes. Se o consenso de mercado se confirmar, nós vamos ter uma taxa básica e uma inflação mais altas, e um PIB mais baixo em relação a 2024, mas é justamente em ciclos como esse que temos que fazer a diferença para os clientes. Nós gostamos de falar que o Banco ABC Brasil é um banco de relacionamento, sendo que o relacionamento, na nossa visão, é para ajudar e trazer valor para os clientes, seja em momentos mais fáceis, seja em momentos mais desafiados. Nós não estamos falando de uma crise, longe disso, até mesmo porque já tivemos cenários muito mais desafiadores do que o cenário que estamos vendo.

**Considerando a conversa que tivemos, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?**

Nós temos uma franquia que tem mais amplitude e flexibilidade para oferecer produtos e serviços para os clientes, independente do cenário macroeconômico. Isso porque vão haver cenários macroeconômicos com altas taxas de juros, baixas taxas de juros, spreads mais abertos, spreads mais apertados. Como a franquia está mais preparada para navegar esses cenários de uma forma mais ampla, independente do momento, isso acaba sendo interessante para os clientes e também para os acionistas, já que o banco consegue rentabilizar esses relacionamentos de uma forma mais eficiente.



# Grupo Porto: lucro líquido de R\$ 2,7 bi evolui 18% em 2024

O ano de 2024 terminou de forma muito positiva para o Grupo Porto, resultado da estratégia de diversificação e fortalecimento das quatro unidades de negócio do Ecossistema da companhia. As receitas avançaram em dois dígitos, atingindo R\$ 10 bilhões no quarto trimestre (+14% vs. 4T23) e R\$ 37 bilhões no acumulado do ano (+13% vs. 2023). Esses números, associados à marca de 18 milhões de clientes alcançados, são exemplos que reforçam a consistência desse caminho.

No último trimestre, o lucro líquido, excluindo efeitos extraordinários, foi de R\$ 710 milhões (+3% vs. 4T23) e um ROAE de 20%. No acumulado do ano, o lucro líquido, desconsiderando os efeitos extraordinários, chegou a R\$ 2,7 bilhões (+18% vs. 2023). A empresa ressaltar que, tanto no trimestre quanto no ano, a rentabilidade sobre o patrimônio foi superior a 20% em todas as unidades de negócios (Seguros, Saúde, Bank e Serviços).

A receita das aplicações financeiras (excluindo Previdência, ALM - Asset and Liability Management - de carteiras e rolagem de títulos) foi de R\$ 347 milhões no 4T24, alcançando uma rentabilidade equivalente a 90% do CDI, impactada pelo de-

sempenho das alocações em ações e em pré-fixados. O resultado financeiro líquido foi de R\$ 272 milhões no trimestre.

O compromisso com eficiência e sustentabilidade financeira também se manteve firme ao longo de 2024. O índice de eficiência operacional, que leva em consideração a soma das Despesas Administrativas em relação à Receita Total, reduziu tanto no trimestre (11,2%, -0,6 p.p.) quanto no ano (11,4%, -0,4 p.p.), refletindo ganhos de produtividade.

Entre os destaques operacionais, a Porto registrou 80 milhões de interações e atendimentos digitais no quarto trimestre do ano e atingiu a marca de 3,8 milhões de usuários no App2. Além disso, cerca de 57% dos acionamentos para serviços de carro ou residência do período foram feitos por meio do App Porto e do WhatsApp.

Porto Seguro: as receitas da unidade de seguros expandiram 4% no quarto trimestre em comparação com o mesmo período de 2023, com destaques para os segmentos Patrimonial (+14%) e Vida (+10%). No Auto, os prêmios cresceram 2% e a frota segurada aumentou 1%. O Índice Combinado atingiu 89%, em linha com a estratégia de preservação das margens operacionais.

# Caixa Seguridade lucrou R\$ 3,76 bi em 2024

A Caixa Seguridade encerrou 2024 com um Lucro Líquido Gerencial no valor de R\$ 3,76 bilhões, crescimento de 7,9% sobre 2023. Na visão contábil, a companhia auferiu um lucro líquido de R\$ 3,765 bilhões, avanço de 5,1% em relação ao ano de 2023. A teleconferência para análise dos resultados foi feita na manhã desta sexta-feira.

O Conselho de Administração da companhia aprovou a proposta de pagamento de dividendos no montante de R\$ 960,0 milhões, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, referente ao lucro do quarto trimestre de 2024, que chegou a R\$ 1,06 bilhão, um crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando os dividendos antecipados pagos nos trimestres anteriores, a Caixa Seguridade totaliza, em 2024, R\$ 3,4 bilhões em dividendos, equivalente a 91,4% do Lucro Líquido Gerencial do ano.

O desempenho comercial da companhia também foi bom. Foram emitidos R\$ 9,8 bilhões em prêmios no segmento de seguros no ano de 2024, o que representa o maior volume histórico e um aumento de 6,5% em relação a 2023, com destaque para o desempenho de Habitacional (+11,8%), Residencial (+15,4%), Pres-

tamista (+6,4%) e Assistência (+42,0%). Na visão trimestral, o valor de R\$ 2,5 bilhões em prêmios emitidos no quarto trimestre de 2024 representou um crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período de 2023, com resultado histórico em Habitacional (+12,9%), Residencial (+14,8%), e Assistência (+50,9%).

O índice de sinistralidade no trimestre foi de 18,2%, uma redução sequencial de 1,9 p.p., e de 2,8 p.p. na comparação anual. Em 2024, o índice de 29,7% foi 7,7 p.p. superior ao ano anterior impactado pelos eventos não recorrentes do 2T24 (enchente no RS e aviso tardio de Prestamista).

As cartas de crédito de Consórcio finalizaram o ano de 2024 com o montante recorde de R\$ 19,3 bilhões, crescimento de 25,6% em relação a 2023, com destaque para as cartas de imóveis, que cresceram 30,4% entre os períodos, enquanto na comparação entre o último trimestre de 2024 e o mesmo período de 2023, o crescimento foi de 91,6%. No quarto trimestre de 2024, foram comercializadas R\$ 6,7 bilhões em cartas de crédito, volume 70,8% superior ao do mesmo período de 2023 e 37,6% maior que o do terceiro trimestre de 2024.

# Vale estuda venda de 70% de participação na Aliança Energia

A Vale disse nesta sexta-feira que está avaliando potencial venda de 70% de participação na Aliança Energia, incluindo os ativos de energia Sol do Cerrado e Consórcio Candonga, presentes no portfólio da companhia, para a Global Infrastructure Partners (GIP), fundo norte-americano. A aquisição foi concluída há seis meses. Não foi revelado o valor da venda na participação. Em nota, a Aliança confirmou que tomou conhecimento, nesta data, do Fato Relevante publicado pela acionista Vale S.A.

A Vale afirmou que não há qualquer instrumento vinculante firmado quanto à alienação e que qualquer decisão nesse sentido será tomada em conformidade com as políticas e regras de governança da Companhia. "A Vale reitera que seguirá mantendo o mercado informado tempestivamente sobre qualquer fato relevante a respeito de seus negócios", esclareceu Marcelo Feriozzi Bacci vice-presidente Executivo de Finanças e Rela-

ções com Investidores.

A Aliança é uma empresa brasileira, de capital fechado, com atuação no mercado de geração e comercialização de energia elétrica sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais. O portfólio de ativos de geração de energia elétrica da empresa é composto por sete usinas hidrelétricas e três parques eólicos em operação. Juntos, esses ativos alcançam 1.438 MW em capacidade instalada e 755 MW médios de garantia física.

Além da atuação em geração de energia por meio das fontes hídrica e eólica, a Aliança Energia também estuda novos projetos de geração por meio de fontes alternativas, como a solar fotovoltaica e outras, visando a diversificação e a sustentabilidade de nosso negócio. A Global Infrastructure Partners (GIP) é um fundo americano de investimento em infraestrutura que realiza investimentos em ações e dívidas selecionadas em mercados em todo o mundo.

Assine o jornal Monitor Mercantil  
(21) 3849-6444

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios Findos em 31 de dezembro 2017 (Em Reais)		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 (Em Reais)	
<b>ATIVO</b>	<b>2017</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>7.281.097,94</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>(137.228,15)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.119,34	Fornecedores / Prestadores	(137.228,15)
Convênios a Receber	7.258.978,60	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>(339.203,83)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>23.311,86</b>	<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>(339.203,83)</b>
<b>Imobilizado - Bens sem Restrição</b>	<b>23.311,86</b>	Provisão para Projetos	(339.203,83)
Bens Móveis e Imóveis	33.302,64	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(6.827.977,82)</b>
(-) Depreciação Acumulada	(9.990,78)	Superávit Acumulado	(114.717,73)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.304.409,80</b>	Déficit/Superávit do Período	(6.713.260,09)
		<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(7.304.409,80)</b>

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2017.  
**MAURO MORAES MACEDO**  
PRESIDENTE  
CPF: 594.163.437-49

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios Findos em 31 de dezembro 2018 (Em Reais)		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 (Em Reais)			
<b>ATIVO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>7.281.097,94</b>	<b>22.119,34</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>(137.228,15)</b>	<b>(58.841,30)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.119,34	22.119,34	Fornecedores / Prestadores	(137.228,15)	(58.841,30)
Convênios a Receber	7.258.978,60	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>(339.203,83)</b>	<b>(20.869,47)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>23.311,86</b>	<b>19.981,60</b>	<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>(339.203,83)</b>	<b>(20.869,47)</b>
<b>Imobilizado - Bens sem Restrição</b>	<b>23.311,86</b>	<b>19.981,60</b>	Provisão para Projetos	(339.203,83)	(20.869,47)
Bens Móveis e Imóveis	33.302,64	33.302,64	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(6.827.977,82)</b>	<b>37.609,83</b>
(-) Depreciação Acumulada	(9.990,78)	(13.321,04)	Superávit Acumulado	(114.717,73)	(6.827.977,82)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.304.409,80</b>	<b>42.100,94</b>	Déficit/Superávit do Período	(6.713.260,09)	6.865.587,65
			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(7.304.409,80)</b>	<b>(42.100,94)</b>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro 2018.  
**MAURO MORAES MACEDO**  
PRESIDENTE  
CPF: 594.163.437-49  
**FLAVIO PEREIRA SERRA**  
CONTADOR  
CPF: 787.051.187-00  
CRC/RJ: 063692-02

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios Findos em 31 de dezembro 2019 (Em Reais)		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 (Em Reais)			
<b>ATIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>22.119,34</b>	<b>81.396,67</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>(58.841,30)</b>	<b>(62.697,89)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.119,34	81.396,67	Fornecedores / Prestadores	(58.841,30)	-
Convênios a Receber	-	-	Recursos de Convênio e Contratos	-	(62.697,89)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>19.981,60</b>	<b>-</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>(20.869,47)</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado - Bens sem Restrição</b>	<b>19.981,60</b>	<b>-</b>	<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>(20.869,47)</b>	<b>-</b>
Bens Móveis e Imóveis	33.302,64	-	Provisão para Projetos	(20.869,47)	-
(-) Depreciação Acumulada	(13.321,04)	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>37.609,83</b>	<b>(18.698,78)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>42.100,94</b>	<b>81.396,67</b>	Superávit Acumulado	(6.827.977,82)	-
			Déficit Acumulado	-	37.609,83
			Déficit/Superávit do Período	6.865.587,65	(56.308,61)
			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(42.100,94)</b>	<b>(81.396,67)</b>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro 2019.  
**MAURO MORAES MACEDO**  
PRESIDENTE  
CPF: 594.163.437-49  
**FLAVIO PEREIRA SERRA**  
CONTADOR  
CPF: 787.051.187-00  
CRC/RJ: 063692-02